

Projeto Cortiço Vivo

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

O Projeto Cortiço vivo foi uma proposta de intervenção cuja origem se deu a partir de uma disciplina optativa ministrada pela prof. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Teve por objetivo propor a requalificação de um cortiço vertical localizado na área central de São Paulo. Para tanto, alunos de diversas faculdades de universidades públicas e privadas buscaram desenvolver o trabalho em uma semana de imersão no edifício, em que se montou um pequeno escritório no andar térreo, aproximando os estudantes da comunidade. Com as atividades desenvolvidas em cinco frentes de trabalho que se complementavam – Arquitetura, Jurídico, Financeiro, Social e Comunicação – pôde-se compreender melhor a realidade do local, as demandas e desenvolver projeto de requalificação do edifício, além de pensar alternativas de financiamento para os moradores, e trabalhar outras questões, como a reciclagem do lixo e o fortalecimento da comunidade. Esses trabalhos culminaram com encaminhamento do projeto arquitetônico à Secretaria de Habitação do Município e com a formação do Grupo Cortiço Vivo, que dá continuidade às atividades em todas as frentes de trabalho existentes desde a semana de imersão.

Autoras

Natália Felix de Carvalho Noguchi, psicóloga e aluna de pós-graduação do Instituto de Psicologia

Andrea Felix de Carvalho Noguchi, aluna de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Patrícia Lemos Nogueira Cobra, aluna de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Instituição

Universidade de São Paulo - USP

Palavras-chave: cortiço; intervenção; interdisciplinaridade

Introdução e objetivo

A proposta de intervenção a que denominamos Projeto Cortiço Vivo teve origem em 2002, a partir de uma disciplina optativa oferecida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, em que alunos de graduação, sob orientação da Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio, iniciaram um projeto visando a requalificação de um cortiço vertical situado na área central de São Paulo.

O local onde foi realizada a intervenção teve sua construção iniciada entre final da década de 70 e início de 80. Em meados dos anos 80, o prédio inacabado, que possuía apenas a estrutura, atraiu os primeiros invasores, que finalizaram, por conta própria, a construção do edifício. Dessa forma, eles mesmos se organizaram, dividiram os espaços e

construíram de forma rudimentar as instalações elétrica e hidráulica. O prédio se caracterizou, então, por unidades habitacionais variadas, com tamanhos, cômodos e materiais de construção diversos.

No primeiro contato com o edifício, correspondente ainda à disciplina optativa, foi realizado um levantamento físico e uma breve pesquisa sócio-econômica. Ao final dessa disciplina, o interesse pelo prédio permaneceu. Entretanto, os alunos sentiram a forte necessidade da participação dos moradores, assim como de estudantes e profissionais de outras áreas que contribuíssem para a elaboração dos projetos de requalificação do edifício e para o conhecimento daquela realidade.

Nessa mesma época, o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, organização não governamental, e a Unificação da Luta dos Cortiços (ULC), movimento de moradia, realizaram uma operação destinada a garantir a segurança dos moradores e a regulamentar a situação desses. Seguindo as recomendações da Subprefeitura da Sé, 29 das 72 famílias que moravam no local saíram do prédio, sendo indenizadas, enquanto as 43 restantes, entraram com uma ação de Usucapião Coletivo Urbano na justiça.

Ao final de 2003, os alunos da FAU-USP propuseram uma ação interventiva que consistia em uma semana de imersão no prédio, com estudantes e profissionais de diversas áreas de conhecimento, à qual denominaram Projeto Cortiço Vivo. Essa ação teve como base o Laboratório de Projeto Integrado e Participativo para Requalificação de Cortiço, experiência de extensão universitária realizada em 1999.

O trabalho da semana tinha como intenção elaborar um esquema de projeto de intervenção física para o prédio, integrar estudantes, moradores e profissionais, compreender a lógica jurídica para a regularizar a situação do prédio, refletir sobre a qualidade de vida dos moradores, suas condições culturais e sociais.

Foi dada ênfase também para o fato de ser um projeto de extensão universitária com objetivo participativo, no qual o trabalho fosse realizado em conjunto por moradores e participantes. A idéia de uma semana de imersão com a montagem de um mini-escritório no andar térreo do prédio foi, justamente, para facilitar a interação com a comunidade e entre as frentes de atuação.

Além disso, a peculiaridade desse projeto é a interdisciplinaridade. Estudantes e profissionais de diversas áreas de conhecimento trabalharam em conjunto, visando a uma intervenção que melhor atendesse às necessidades da população.

Metodologia

Para a realização desse trabalho, a proposta foi divulgada em diversas instituições de ensino superior, sendo o grupo final formado por estudantes e profissionais de Arquitetura, Ciências Sociais, Jornalismo, Artes Plásticas, Cinema, Psicologia, Direito e Educação, de diversas universidades, públicas e privadas.

Os participantes se dividiram nas frentes de trabalho descritas abaixo.

Arquitetura: a frente de trabalho de Arquitetura tinha como objetivo elaborar um estudo preliminar para requalificação física do prédio. Para tanto, mostrava-se necessário compreender melhor a estrutura do edifício, bem como as condições em que a construção se encontrava, pois até o momento não havia sido obtida nenhuma planta de prefeitura nem de estrutura que pudessem nos balizar no trabalho.

O grupo de Arquitetura se subdividiu em outros grupos menores para poder realizar o levantamento físico do prédio. Cada subgrupo era responsável pelo levantamento de um ou mais apartamentos, registrando as medidas destes, a localização dos caixilhos, dos

pontos de água e luz, a situação das paredes (em que se avaliava se ela deveria ser demolida, se só necessitava de algum reparo ou se se encontrava em bom estado). Dessa forma, pôde-se reconhecer a divisão dos espaços do prédio entre as famílias, definir limites e dimensões dos apartamentos existentes e os cômodos que abrigavam, além das prumadas de hidráulica e elétrica.

Os desenhos obtidos foram digitalizados para servir de base ao estudo preliminar, que pretendia sugerir uma redivisão dos espaços e rever as instalações, buscando melhores condições de habitabilidade no local.

Paralelamente ao levantamento físico, foi sendo realizado um questionário sobre os aparelhos elétricos existentes em cada apartamento, para ser utilizado no novo cálculo das instalações elétricas.

Para dar prosseguimento ao trabalho, foi convocada uma assembléia com os moradores, que decidiram pela redivisão dos apartamentos em tamanhos iguais, independentemente do número de pessoas na família. A partir desta decisão e utilizando os dados obtidos pela frente de trabalho Social, a frente de trabalho de Arquitetura pôde desenvolver duas propostas de reforma e requalificação do edifício, que foram apresentadas em reuniões com os moradores em que se podia explicar as intervenções individualmente, utilizando-se de desenhos e modelos, a fim de facilitar a compreensão do espaço sugerido. Dessa maneira, os moradores puderam opinar e sugerir mudanças que julgavam necessárias. Com as duas propostas de divisão dos apartamentos definidas, pôde-se esboçar um projeto de hidráulica, definindo as prumadas de água fria e esgoto, além da passagem da fiação elétrica.

Social: A semana de trabalho teve início com a realização de dinâmicas de grupos para facilitar o entrosamento entre participantes do projeto e moradores do prédio, iniciar um contato e incentivar o envolvimento ativo dos moradores na elaboração das atividades que seriam realizadas.

A frente de trabalho Social tinha por intenção fazer um levantamento sócio-econômico da população residente e compreender a realidade dessa. Para isso, foi aplicado um questionário do qual faziam parte perguntas sobre características das famílias (renda, idade, escolarização, emprego, etc.), histórico do prédio e dos moradores (tempo de moradia, estado ou país de origem), relação com o prédio (participação em movimentos de moradia, realização de mutirões, participação em assembléias), questões relacionadas aos apartamentos atuais (cômodo mais utilizado) e sugestões para a reforma (tamanho dos cômodos, construção de espaços coletivos, utilização dos espaços vazios, sugestões de atividades a serem desenvolvidas). Os dados dos questionários foram tabulados e analisados durante a semana, e transmitidos aos moradores em forma de duas apresentações. Detectadas algumas demandas, foram realizadas dinâmicas de grupo com os moradores para trabalhar a migração, os riscos apresentados pelo prédio – para as quais contamos com a presença de professores da Faculdade de Educação e da Faculdade de Saúde Pública da USP, e a percepção do espaço habitacional resultante do projeto da frente de trabalho da Arquitetura.

Também foram realizadas dinâmicas para refletir sobre como as pessoas se sentiam morando naquele prédio, suas expectativas, dificuldades, decepções, enfatizando a potencialidade das relações existentes entre os moradores, visando a fortalecer o sentimento de grupo e comunidade entre eles.

Um dos pedidos feitos constantemente pelos moradores era de um espaço onde as crianças pudessem brincar. Isso fez com que a frente de trabalho Social reestruturasse suas

atividades para que fosse também reservado um espaço para realização de atividades lúdicas com as crianças, por se tratar de um período de férias. Dessa forma, foi feito um trabalho de conscientização a respeito do lixo e da coleta seletiva e uma atividade de criação de brinquedos a partir de sucata, além de uma atividade de contar histórias e brincadeiras tradicionais como barra manteiga, corre-cotia, entre outras.

Financeiro: A Frente de Trabalho Financeiro tinha como objetivo orçar parcialmente as propostas de arquitetura e estudar possibilidades de financiamento de acordo com a renda dos moradores. Para isso, foram feitos contatos com representantes de ONGs e Acessorias Técnicas.

Jurídico: A parte jurídica relacionada ao prédio está sob os cuidados do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Ao formar essa frente de trabalho, tínhamos como objetivo compreender, junto aos advogados, a situação jurídica do prédio. Para isso, os processos foram lidos e eram realizados grupos de estudos sobre a legislação vigente no que se refere à habitação popular. Também foram chamados profissionais como Nabil Bonduki para fazer uma palestra sobre ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), para que pudessemos aumentar as possibilidades de ação em relação ao prédio.

Comunicação: A frente de trabalho de Comunicação tinha como objetivos registrar o trabalho realizado e cuidar da assessoria de imprensa. As atividades foram filmadas, fotografadas e registradas em fita cassete para a realização de um documentário sobre a semana. Foram realizadas entrevistas com os moradores para que contassem um pouco sobre suas histórias e a história do prédio.

Quanto à assessoria de imprensa, essa foi necessária pelo fato de ter ocorrido a divulgação do trabalho pelo Jornal da USP, Rádio USP, Jornal O Estado de São Paulo e TV Futura.

Ao final de cada dia, eram realizadas reuniões gerais para que os grupos se interessassem sobre as atividades e para discussão de como prosseguir. Eram também realizadas reuniões com os moradores para que opinassem sobre nossa presença no prédio e discutissem as demandas por nós detectadas.

As atividades, sob coordenação e supervisão de professores, também eram acompanhadas por profissionais das mais diversas instituições – ONGs, associações e movimentos de moradia. Foram programadas, durante a semana, palestras que discutiam temas de interesse geral.

Para encerrar a semana, foi programado um evento para que os participantes do projeto apresentassem os resultados do trabalho realizado. Nesse, estavam presentes, além dos moradores e professores, o reitor da USP, Adolpho José Melfi, o então Secretário Municipal da Habitação, Paulo Teixeira e o diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Ricardo Toledo Silva.

Resultados e discussão

Um dos objetivos do Projeto Cortiço Vivo era traçar um perfil sócio-econômico dos moradores do prédio em que foi realizada a intervenção. Com base nos resultados obtidos, foi detectado que a população é constituída por 168 moradores, sendo 101 adultos e 67 crianças. Eles se distribuem em 43 apartamentos, de área variando de menos de 10m² a mais de 78m², havendo, em média, três moradores por apartamento – porém, o apartamento com mais pessoas abriga 10 moradores e não é o de maiores dimensões. A grande maioria dessa população chegou no prédio há mais de sete anos, sendo que cinco das famílias está lá há quatorze anos.

Trata-se de uma população em sua maioria migrante, sendo que 61% é procedente das regiões Norte e Nordeste, sendo possível colocar como hipótese uma busca por melhores condições de vida, em um movimento migratório característico dos anos 80. Das famílias entrevistadas, 38% moravam nessa mesma região antes de ir para o prédio em questão. Das restantes, a maioria morava na periferia de São Paulo, carente de toda a infraestrutura disponível no centro da cidade.

O bairro do Bom Retiro absorve 72 % dos moradores do prédio que exercem alguma atividade remunerada, sendo que 37% das atividades profissionais estão relacionadas ao principal ramo de atividade no bairro: confecção. Relacionado ao trabalho, foi também constatado que, dos adultos que trabalham, 62% vão a pé, não tendo nenhum gasto com meio de transporte.

Podemos pensar, a partir desses dados, que a população, por viver no Bom Retiro há muito tempo, já se utiliza da infra-estrutura local de forma intensa. Os moradores enumeraram as vantagens de morar nessa região comercial e abastecida pela rede de transporte local — proximidade do metrô Tiradentes e ponto de ônibus no mesmo quarteirão. Além disso, foi constatado que 92% das crianças estudam em escolas do Bom Retiro e vão a pé à aula.

Com relação às instituições públicas relacionadas à saúde, 81% dos moradores utiliza o posto de saúde localizado no Bom Retiro, sendo o posto de saúde da Barra Funda uma alternativa também bastante utilizada.

A apresentação desses dados é de extrema importância para balizar o interesse dos moradores na legalização dos apartamentos: são pessoas que possuem uma forte ligação com o bairro, desenvolvendo nele todas as suas atividades. A remoção das famílias implicaria na busca por uma habitação na região central, que não exigisse um gasto extra com transporte para escolas e trabalho. Todas essas informações devem ser consideradas, dada a provável necessidade da saída dos moradores para realizar as reformas de revitalização do edifício.

No que se refere à relação que os moradores têm com o prédio, o interesse da comunidade fica evidente no histórico de trabalhos realizados em mutirão: 67% dos moradores sabem o que é e participam frequentemente. A limpeza do prédio realizada periodicamente é uma das atividades desenvolvida pela população em mutirões — 86% das famílias participam ativamente. A mesma porcentagem de famílias participa das assembleias convocadas pela Associação de moradores.

O Projeto Cortiço Vivo também teve como preocupação, detectar que demandas existiam, por parte dos moradores, com relação aos espaços coletivos do prédio. Prioridades e interesses da comunidade enumeradas a partir da análise dos dados recolhidos foram consideradas, e em alguns casos priorizadas, na elaboração dos projetos. Por exemplo, a construção de espaços coletivos no edifício é entendida como uma necessidade para 88% das famílias, sendo o uso preferencial desses espaços um centro comunitário, uma creche e uma biblioteca — um espaço adequado para as reuniões e para o lazer das crianças.

No que diz respeito à estrutura física do prédio, 52% dos moradores entrevistados não acha o prédio seguro, apontando como principais problemas as redes elétrica e hidráulica. A presença de fiação exposta em todo o edifício faz com que o risco de incêndio seja constante. Trata-se de uma constatação considerada grave, já que o prédio não possui infra-estrutura para esse tipo de situação – extintores, portas corta-fogo, escada de incêndio, ventilação adequada e, nem sequer, caixa d'água.

Outra discussão constantemente levantada se refere à divisão da conta de luz., que atualmente, é conjunta. Há muito tempo a conta é demasiadamente cara devido as constantes fugas de energia ocasionadas pelo mau dimensionamento da fiação e pelas conexões precárias realizadas pelos próprios moradores com fita isolante. Os moradores, como forma temporária de organização, pagam uma taxa correspondente a uma espécie de condomínio, utilizada para o pagamento desta conta. Porém, um dos pedidos mais frequentes é a colocação de relógios individuais. Para a reforma do prédio, após uma dinâmica de grupo para que os moradores refletissem a respeito do espaço de moradia, foi realizada uma assembléia em que eles decidiram por uma nova divisão dos apartamentos em áreas iguais, independentemente do número de moradores de cada apartamento. A discussão, após gerar muita polêmica, auxiliou a frente de trabalho de Arquitetura a elaborar os projetos.

Um dos itens do questionário realizado tratava, inclusive, da discussão sobre cada um dos cômodos do apartamento. Foi perguntado aos moradores que cômodo era, por eles, mais utilizado. Ao obter como dado o fato de que a sala e o quarto são preferencialmente ocupados pelos moradores, pudemos pensar a elaboração dos projetos priorizando esses cômodos.

Também para auxiliar a confecção dos projetos, foi pedido que imaginassem como gostariam que fosse o novo apartamento com relação a tamanho de cômodos. Verificou-se que a maioria dos moradores prefere que a sala seja maior que o quarto e a cozinha. No caso dos quartos, a maioria optou que o quarto do casal fosse maior que o das crianças. Isso pode ser justificado pelo fato de que os adultos responderam ao questionário ou porque, em algumas famílias, é no quarto do casal que dormem as crianças mais novas.

Todo esse trabalho de análise dos questionários e realização de dinâmicas de grupo tinha como finalidade detectar demandas e elaborar projetos que melhor atendessem às necessidades da população. Toda essa análise culminou com as duas propostas de reforma apresentadas aos moradores.

É importante também apresentar como resultado o fortalecimento do vínculo entre moradores e participantes do projeto. Como forma de agradecimento ao trabalho realizado, estes organizaram, para o final da semana de intervenção, um churrasco de encerramento, a primeira festa com a participação de todos na história do prédio.

Conclusões

A primeira conclusão à qual os participantes do Projeto Cortiço Vivo chegaram foi de que uma semana é pouco tempo para a intervenção desejada. Formou-se então o Grupo Cortiço Vivo, por pessoas que desejavam dar continuidade ao trabalho realizado. O grupo permaneceu subdividido em frentes de trabalho e realiza reuniões quinzenais para discutir as atividades.

Com relação à reforma e à situação legal do prédio, estão sendo realizadas reuniões com a Secretaria Municipal de Habitação. Foi entregue aos representantes dessa Secretaria um texto com a análise dos aspectos sócio-econômicos dos moradores e as sugestões de intervenção por parte dos estudantes. Foi também elaborada uma proposta de orçamento incluindo as reformas das redes elétrica, hidráulica e estrutural, assim como a redivisão dos apartamentos, com base no estudo preliminar desenvolvido durante a semana, que foi revisado. Além desse orçamento completo, foi realizado um orçamento de reforma emergencial, que busca eliminar o que pode oferecer riscos imediatos à população, segundo laudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), recuperando a estrutura,

redimensionando as fiações elétricas, impermeabilizando a cobertura e colocando os caixilhos de maneira adequada.

A frente de trabalho financeiro está agindo juntamente com as frentes Arquitetura e Jurídica, fazendo os orçamentos já apresentados a Secretaria Municipal de Habitação. Com o grupo Jurídico, estão sendo realizados estudos de possíveis financiamentos, entretanto a questão fundiária que envolve o imóvel é um problema a ser resolvido em qualquer um deles.

A frente de trabalho Jurídica continua em contato com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e acompanhando os processos nos quais o prédio está envolvido. Atualmente o grupo realiza uma discussão a respeito da regularização fundiária do edifício, estudando basicamente duas propostas a Usucapião e a Desapropriação. Após o encaminhamento do pedido à Regional da Sé, o lote do edifício foi incluído no Plano Diretor Regional da Sé como uma ZEIS.

A frente de trabalho de Comunicação elaborou um folder para divulgação do trabalho, financiado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Há também o projeto, em andamento, de um site informativo e da elaboração de um documentário sobre a semana de intervenção.

A frente de trabalho Social, após detectar as mais diferentes demandas, pensou algumas formas de continuidade, as quais já se encontram em andamento:

- Catálogo com instituições de saúde e educação: a demanda por esse tipo de instituição gerou, no grupo, a vontade de visitar centros de saúde, escolas de profissionalização e todo o tipo de serviço oferecido gratuitamente e que a população do prédio pudesse usufruir. Foi realizada uma reunião com os moradores para apresentar o catálogo, a ser constantemente atualizado.

- Alfabetização de adultos: em vista do fato de que muitos moradores não têm o primeiro grau completo, será aberta uma sala, a partir de agosto, de alfabetização de adultos, em parceria com projetos da prefeitura. A sala cedida fica em uma escola ao lado do prédio e a turma será formada por moradores do bairro. As aulas serão quatro vezes por semana, à noite.

- Grupo de estudos para pré-vestibulandos: devido ao fato de que muitos dos jovens trabalham e estudam, pensamos um projeto em que um grupo de estudantes de cursinho pré-vestibular pudesse auxiliar os moradores que tivessem vontade de estudar para prestar vestibular. Deste, fazem parte alunos de segundo e terceiro colegial ou que já tenham finalizado os estudos e são trabalhados temas sugeridos pelos próprios alunos. Os grupos são realizados aos domingos, pela manhã.

- Atividades lúdicas com as crianças: dando continuidade ao que já tinha sido feito na semana, o Grupo Cortiço Vivo está realizando atividades quinzenais com as crianças do prédio e região. No primeiro semestre, houve Oficina de Contar Histórias, Parangolé, Relaxamento e Artes Plásticas. Para o encerramento do semestre está sendo programada uma festa sugerida pelas próprias crianças.

- Biblioteca: a partir da doação de armários e livros, está sendo montada uma biblioteca no andar térreo do prédio, que ficará aos cuidados de moradores que aceitarem receber treinamento para essa atividade.

Existe uma preocupação, por parte da frente de trabalho social, de detectar constantemente a demanda dos moradores. Para o segundo semestre, conforme sugestão, estão sendo pensadas a montagem de uma brinquedoteca no andar térreo e de uma equipe de reforço escolar para alunos de primeira série ao colegial. Além disso, estão sendo

programadas atividades a respeito da alimentação e reaproveitamento de recursos, palestras sobre riscos ambientais, treinamento para situação de incêndio, oficinas de gerenciamento e liderança e grupos de discussão sobre sexualidade.

Referências bibliográficas

BLEGER, José. Temas de Psicologia – entrevista e grupos. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 137.

QUINTINO, I. P. Oficina de criatividade para a terceira idade: resgate e reapropriação da história pessoal. In: Aconselhamento psicológico centrado na pessoa – novos desafios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, p. 335 – 344.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de, ed; Pereira, Paulo César Xavier, ed. Profissionais da Cidade – Reunião de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 2000. 255 p.

SANTOS, André Luiz Teixeira dos, org. Laboratório de projeto integrado e participativo para requalificação de cortiço. São Paulo : FAUUSP, 2002.210p.

SCHMIDT, M. L. S.; OSTRONOFF, V. H. Oficinas de criatividade: elementos para a explicitação de propostas teórico-práticas. In: Aconselhamento psicológico centrado na pessoa – novos desafios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, p. 335 – 344.